

*Foi dada baixa presente
por autoridade do
Arquivo Presente
26.03.2024*

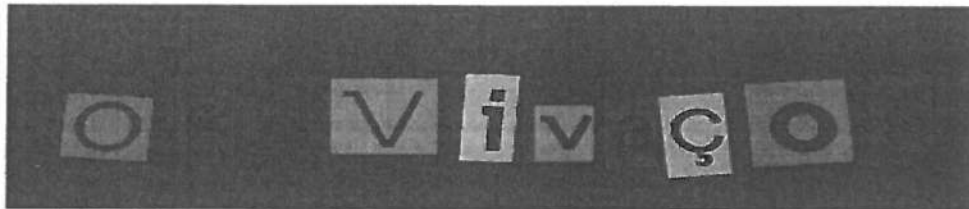
[Handwritten signatures and initials]



Fundação Algarvia
de Desenvolvimento Social

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

RELATÓRIO E CONTAS 2023



Faro, 20 de março de 2024



ÍNDICE

1. RELATÓRIO	3
1.1 Introdução	3
1.2 Síntese	4
1.3 Respostas Sociais Atuais	6
1.3.1. Educação	6
1.3.2. Saúde	7
1.4. Respostas Sociais Futuras	7
1.5 Atividades Culturais	7
1.6 Manutenção de Imóveis	8
1.7 Marketing	8
1.8 Recursos Humanos	9
1.9 Análise Económica	9
1.9.1. Resultados	9
1.9.2. Rendimentos	10
1.9.3. Gastos	11
1.9.4. Outros indicadores	12
1.10 Fornecedores	12
1.11 Dificuldades Económicas e Financeiras	13
1.12 Agradecimentos	13
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
2.1 Balanço em 31 de dezembro de 2023	16
2.2 Demonstração dos Resultados – Exercício de 2023	17
3. PROPOSTA	18
4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	19
5. RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS	20
6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	23



1. RELATÓRIO

1.1 Introdução

Nos termos da lei e de acordo com o estabelecido nos estatutos da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social (FADS), vem o Conselho de Administração, após proposta da Comissão Executiva, submeter à aprovação do Conselho de Administração, o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Pretende-se com este documento fazer a síntese da atividade desenvolvida pela FADS durante o ano de 2023, salientando-se os seus aspetos mais marcantes e identificando as perspetivas de evolução futura.

A redação de um Relatório de Gestão e Contas implica um processo de reflexão e avaliação dos resultados, face a uma perspetiva inicial, ponderada e planeada, tendo em consideração os objetivos que nos propusemos alcançar.

Nos últimos anos, em consequência dos efeitos da pandemia e do aumento muito significativo da inflação, fomos confrontados com novos desafios e obrigados a reinventar soluções e alternativas, assumindo um objetivo de inovação e de modernização das nossas respostas.

Importará, no entanto, assumir uma gestão equilibrada de utilização dos recursos disponíveis, implementando um critério ainda mais rigoroso no controlo da despesa e na concretização de investimento.

Ano de grandes aprendizagens, de avaliação do que somos e podemos ser, dos nossos limites e das nossas potencialidades, quando ultrapassarmos esta adversidade estaremos preparados para enfrentar o futuro com os desafios que este nos coloca. É esse o nosso compromisso.

1.2 Síntese

Ao longo dos últimos exercícios a evolução das receitas não tem acompanhado a evolução das despesas. Os efeitos colaterais da pandemia, o crescimento galopante da inflação e o conseqüente aumento das taxas de juro provocaram um aumento muito significativo dos gastos da FADS.

Esta situação provoca elevadas dificuldades na gestão e a FADS tem apresentado resultados negativos sucessivos. Esta situação deriva de um conjunto de situações, tais como:

- Aumento insuficiente das comparticipações do estado para exploração das respostas sociais na área da educação e da saúde;
- Aumento insuficiente ou inexistente das comparticipações familiares fruto das diminuições dos rendimentos familiares;
- Aumento da taxa de Segurança Social;
- Aumento dos gastos com pessoal derivado do cumprimento dos contratos coletivos de trabalho;
- Aumento dos custos de funcionamento impulsionados pelo efeito da pandemia;
- Aumento da inflação para máximos de várias décadas;
- Aumento da taxa de juro.

Conforme referimos nos relatórios e contas e planos de atividades anteriores o cumprimento das nossas obrigações presentes e futuras só seria possível com a renegociação do passivo bancário. Durante o ano de 2023, tal como nos anos anteriores, foi realizado um enorme esforço para a negociação de todo o passivo bancário, de forma a libertar a tesouraria da FADS no curto e médio prazo.

Após anos de luta intensa não conseguimos efetuar a renegociação do passivo bancário. Sentimos uma pressão elevadíssima das instituições financeiras que nos financiaram algumas operações, verificando-se, num dos casos, o avanço para a penhora de edifícios onde funcionam respostas sociais relacionadas com crianças.

O insucesso na renegociação do passivo bancário e o incumprimento do serviço da dívida, colocando a nossa continuidade em causa, levou-nos à dolorosa decisão de alienação dos ativos fixos tangíveis respeitantes à



resposta social da Unidade de Cuidados Continuados Integrados em Estoi. Esta alienação foi oficializada em janeiro de 2024. Assim, a partir de fevereiro de 2024 deixamos de efetuar a gestão desta resposta social.

Pautámos a nossa atividade com muita prudência e segurança, quer nos atos de investimento praticados, quer na gestão diária e corrente, impondo uma dinâmica empresarial, especialmente no controlo de custos e avaliação da performance. Foi efetuado um controlo de gestão e avaliação da performance por centro de custos, de forma a manter o equilíbrio económico e financeiro em todas as respostas sociais e eleger os projetos que devem libertar meios para reinvestimentos.

Todas as decisões tomadas, indispensáveis ao bom funcionamento da instituição, decorreram da realização de diversas reuniões, destacando-se, para além das reuniões do Conselho de Administração, as reuniões mensais da Comissão Executiva.

Efetuámos um controlo de gestão por atividade, de forma a manter o equilíbrio económico e financeiro em todas as respostas sociais e eleger os projetos que devem libertar meios para reinvestimentos. Só assim será possível melhorar a sustentabilidade da FADS.

A Administração considera que as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são entidades sem fins lucrativos cuja sobrevivência depende de subsídios efetuados por outras instituições. Neste âmbito encetámos contactos com um conjunto de entidades no intuito de encontrar eventuais mecenas interessados em apoiar e/ou partilhar este projeto.

Estudámos e analisámos em profundidade todos os apoios que foram criados pela segurança social e outras instituições, no intuito de expandir, modernizar e diversificar a nossa atividade.

Foi constituída uma equipa de trabalho para transformar o anterior ATL numa creche. Estão a ser desenvolvidos estudos económicos e projetos. Foi apresentada uma candidatura ao PRR (Aviso N.º 09/C03-i01/2023 - Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais).

O processo de acreditação da Fundação enquanto entidade formadora está concluído com sucesso. Pretendemos ser uma entidade de referência na área da formação de educação e da saúde.

Respondendo às recomendações da Segurança Social continuámos a preparação do processo de gestão da qualidade. Pretende-se preparar uma futura certificação da instituição.

Tal como em anos anteriores beneficiamos da consignação de 0.5% do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares.

1.3 Respostas Sociais Atuais

1.3.1. Educação

A FADS tem um conjunto de respostas integradas de cuidados e apoio social para crianças a partir dos 3 meses. Estas respostas sociais têm como objetivos apoiar as famílias e promover o desenvolvimento pessoal e social da criança num ambiente seguro.

No âmbito dos apoios sociais a crianças e jovens a FADS desenvolve atividade nas seguintes respostas sociais:

- Creche;
- Estabelecimento de educação pré-escolar (Jardim de Infância).

No ano de 2023 efetuámos a gestão de 6 equipamentos sociais, repartidos por Faro e Olhão, dando resposta às necessidades de 417 famílias, repartidas pelas valências da seguinte forma:

Resposta Social	Capacidade Real	Capacidade Ocupada	Desvios
Creche Faro	68	68	0
Jl Faro	75	75	0
Creche Olhão	40	40	0
Jl Olhão	75	75	0
Creche Montenegro	84	84	0
Jl Montenegro	75	75	0
Total	417	417	0

Tabela n.º 1 – Ocupação durante o ano de 2023 | Setor da Educação

No ano letivo de 2023/2024, tal como em anos anteriores, verifica-se lotação completa.



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large 'G' and 'B' and several other scribbles.

1.3.2. Saúde

A exploração da unidade de cuidados continuados integrados (UCCI) Milreu iniciou-se no dia 7 de outubro de 2013 com um contrato-programa que contratualizava a comparticipação de 40 camas. Em agosto de 2015 foram protocoladas mais 7 camas passando a UCCI Milreu a ter 47 camas comparticipadas ao abrigo de um contrato-programa.

Em 2019 foram protocoladas mais 4 camas perfazendo um total de 51 camas, 40 na tipologia de longa duração e manutenção e 11 na tipologia de média duração e reabilitação.

Desde o início da exploração que a taxa de ocupação mensal tem sido, na esmagadora maioria das vezes, superior ao limiar mínimo de 85%, obrigatório para receber os apoios a 100%, conforme refere a Portaria n.º 189/2008, de 19 de fevereiro.

Em 2023 verificou-se uma ocupação média mensal próxima dos 100% nas camas de longa duração e manutenção. A ocupação média das camas de média duração e reabilitação foi inferior aos 85%.

1.4. Respostas Sociais Futuras

Foi constituída uma equipa de trabalho para transformar o anterior ATL numa creche. Estão a ser desenvolvidos estudos económicos e projetos. Foi apresentada uma candidatura ao PRR (Aviso N.º 09/C03-i01/2023 - Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais).

1.5 Atividades Culturais

Pretendemos dar a conhecer à comunidade todo o trabalho realizado pelas nossas crianças e diversos colaboradores em todas as vertentes culturais.

Em interação com algumas entidades dos concelhos onde estamos inseridos, continuámos a contribuir de uma forma ativa para a promoção das artes em todas as vertentes da expressão artística promovendo encontros, apresentações, debates, *workshops* e exposições.

A Fundação, tal como em anos anteriores, deu a conhecer à comunidade todo o trabalho realizado pelas nossas crianças e diversos colaboradores em todas as vertentes culturais.

Durante o ano de 2023 iniciou-se a preparação/dinamização dos seguintes eventos:

- Organização do dia da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social;
- Organização de diversos *workshops*;

1.6 Manutenção de Imóveis

Tendo como objetivo a melhoria constante das condições de todos os colaboradores e utentes da instituição, investimos na manutenção e reparação de todos os imóveis, respeitando e dando cumprimento a todas as exigências legais.

Foram efetuados os seguintes trabalhos de reabilitação/melhoramento nas valências:

- Reabilitação da Creche de Faro;
- Reabilitação do Jardim de Infância de Faro;
- Reabilitação da Creche de Olhão;
- Reabilitação do Jardim de Infância de Olhão;
- Reabilitação da UCCI Milreu.

1.7 Marketing

Continuamos a trabalhar com o intuito de aumentar o reconhecimento e notoriedade da FADS junto da comunidade. Dinamizámos a utilização de redes sociais com o objetivo de obtenção de apoios necessários ao funcionamento da instituição.

Durante o ano de 2023 estudamos e preparamos a organização e presença num conjunto de eventos que possibilitam dar notoriedade e melhorar a imagem externa de todos os equipamentos sociais.

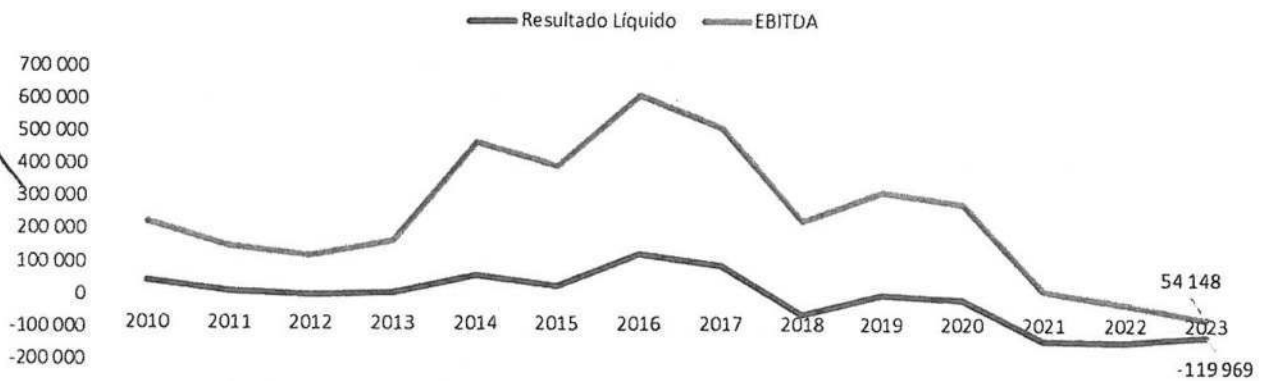


Gráfico n.º 1- Evolução do resultado líquido e do EBITDA

1.9.2. Rendimentos

Os rendimentos totais ascenderam a 3.341.750 euros, registando um aumento global de 4.8%, explicado pelo aumento das comparticipações do estado.

A rubrica de prestação de serviços considera as matrículas e mensalidades de utentes de educação e os encargos de apoio social suportados pelos utentes da UCCI Milreu. As prestações de serviços ascenderam a 818.502 euros, registando uma diminuição de 7.3%.

Na tabela seguinte observa-se a evolução das prestações de serviços por área de atividade.

Valência	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Varição
Educação	648 727	689 610	771 204	790 505	874 702	872 170	697 812	668 224	648 208	546 180	-15,7%
Saúde	233 146	265 733	232 148	220 811	243 300	264 409	258 570	218 063	234 770	272 322	16,0%
Total	881 873	955 343	1 003 352	1 011 316	1 118 003	1 136 579	956 382	886 287	882 978	818 502	-7,3%

Tabela n.º 2 - Evolução das prestações de serviços por área de atividade

A rubrica de subsídios, doações e legados à exploração considera o seguinte:

Subsídio	Área de Atividade
Contratos de comparticipação financeira	Educação: Creche e Jardim de Infância
Encargos com os cuidados de saúde	Saúde: UCCI Estoi
Encargos com medicamentos	Saúde: UCCI Estoi
Encargos com os cuidados de apoio social	Saúde: UCCI Estoi
Encargos com utilização de Fraldas	Saúde: UCCI Estoi

Tabela n.º 3 - Subsídios, doações e legados à exploração



Tal como em anos anteriores realizamos a avaliação da satisfação dos utentes de todas as respostas sociais. O resultado é bastante positivo seguindo as avaliações dos anos anteriores.

1.8 Recursos Humanos

O trabalho é feito pelas pessoas, quer colaborem com ou dirijam a FADS, as quais, para se motivarem, precisam de estar enquadradas na razão de ser da instituição, nos seus princípios e nos seus valores. A promoção dos nossos recursos humanos foi e continua a ser um dos nossos principais objetivos.

A Administração confia em todos os que trabalham na Fundação, mas apelou constantemente para que exerçam um apertado e persistente autocontrolo, que evite o desperdício de recursos.

Em 31 de Dezembro de 2023 a FADS tinha 135 colaboradores dependentes, 94 no setor da educação e 41 no setor da saúde.

A FADS mantém o seu interesse pelas comunidades, através do apoio dado aos jovens. Neste caso, possibilitámos, tal como em anos anteriores, diversos estágios aos alunos da Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve e de outras instituições. Alguns destes estagiários têm sido contratados posteriormente.

1.9 Análise Económica

1.9.1. Resultados

Em 2023 o resultado líquido foi negativo em 119.969 euros. O aumento significativo dos gastos com o pessoal, custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e fornecimentos e serviços externos explicam o resultado negativo. O Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) foi de 54.148 euros.

No gráfico seguinte observa-se a evolução do resultado líquido e do EBITDA da FADS ao longo dos últimos exercícios.

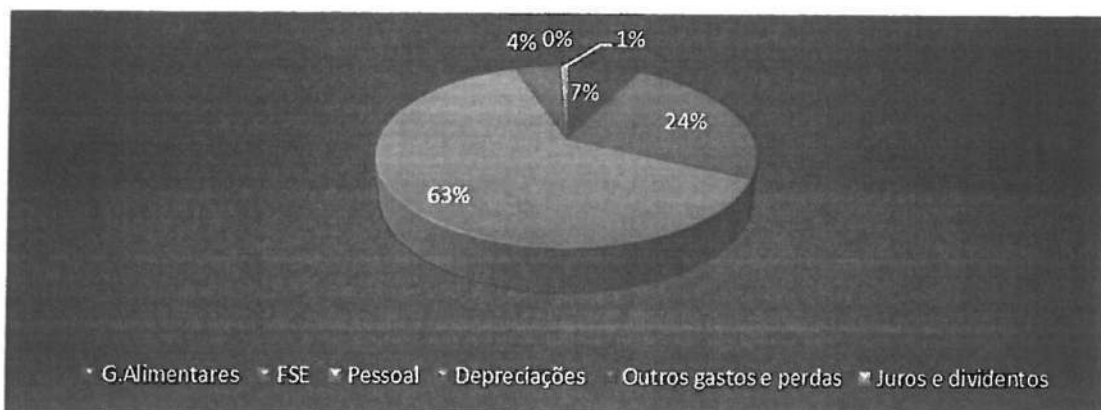


Gráfico n.º 2- Estrutura de gastos

1.9.4. Outros indicadores

Do total dos rendimentos da instituição, 65% são canalizados para fazer face aos gastos com o pessoal. As mensalidades recebidas são suficientes para fazer face a 48% dos gastos com o pessoal e apenas 24% dos gastos totais, o que reforça a grande dependência da instituição de subsídios atribuídos por terceiros.

Na tabela seguinte pode-se observar a evolução da relação entre gastos e rendimentos desde 2015.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Varição
Gastos com Pessoal / total rendimentos	58%	53%	55%	58%	60%	60%	66%	64%	65%	1%
Consumo G. Alimentares / total rendimentos	8%	7%	7%	10%	9%	7%	6%	7%	8%	17%
FSE / total rendimentos	21%	23%	22%	22%	21%	23%	22%	25%	25%	1%
Mensalidades / Gastos com Pessoal	61%	67%	66%	66%	60%	52%	46%	43%	38%	-12%
Subsídios / Gastos com Pessoal	109%	117%	112%	103%	100%	110%	102%	109%	111%	2%
Mensalidades / gastos totais	35%	37%	37%	38%	36%	31%	29%	27%	24%	-11%
Subsídios / gastos totais	64%	65%	64%	58%	60%	66%	65%	67%	70%	4%

Tabela n.º 6- Indicadores diversos

1.10 Fornecedores

Continuamos a fazer um estudo comparativo entre os preços praticados pelos nossos fornecedores e os praticados no mercado, com o objetivo de encontrar as melhores condições possíveis e uma otimização/redução de gastos.

Foram renegociados um conjunto de contratos com diversos fornecedores.

Os subsídios à exploração ascenderam a 2.418.509 euros, registando um aumento de 8.4%. Fazendo uma análise por área de atividade constata-se que a área da educação apresentou um aumento de 19.5% e a área de saúde um aumento de 2.5%.

Na tabela seguinte observa-se a evolução dos subsídios:

Tipo	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Varição
Educação	901 417	897 987	891 777	882 071	914 039	923 292	968 481	1 036 850	1 007 394	1 203 722	19,5%
Saúde	672 378	723 150	798 037	810 464	789 895	913 722	1 009 127	943 677	1 166 980	1 196 638	2,5%
Outros	123 748	95 969	59 440	22 656	33 477	46 752	26 450	4 532	57 167	18 148	-68,3%
Total	1 697 543	1 717 106	1 749 254	1 715 191	1 737 411	1 883 766	2 004 058	1 985 059	2 231 541	2 418 509	8,4%

Tabela n.º 4 - Evolução dos subsídios por área de atividade

1.9.3. Gastos

Os gastos totalizaram o montante de 3.461.719 euros, o que representa um aumento de 4% face a 2022, explicado principalmente pelo aumento dos gastos com o pessoal (5.9%), custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e fornecimentos e serviços externos. Verificou-se que vários funcionários, tendo em consideração a sua antiguidade, subiram o seu nível salarial.

Na seguinte tabela apresenta-se a evolução das diferentes rubricas de gastos:

Gastos	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Varição
Géneros Alimentares	230 532	210 148	184 745	198 421	299 448	270 332	215 038	177 080	211 145	259 099	22,7%
FSE	508 041	574 082	637 868	625 425	640 567	652 350	686 647	638 165	796 052	839 668	5,5%
Gastos com o Pessoal	1 474 969	1 574 958	1 496 150	1 535 210	1 681 792	1 885 640	1 827 430	1 940 203	2 056 101	2 178 017	5,9%
Depreciações	173 752	186 528	194 008	177 703	172 961	175 748	178 478	163 442	156 484	154 539	-1,2%
Outros gastos e perdas	18 009	6 683	8 686	9 866	10 510	21 709	6 732	29 868	10 493	10 819	3,1%
Juros Suportados	175 956	149 546	162 675	153 257	173 091	134 523	124 871	123 888	97 063	19 578	-79,8%
Total	2 581 260	2 701 945	2 684 132	2 699 882	2 978 369	3 140 302	3 039 196	3 072 646	3 327 339	3 461 719	4,0%

Tabela n.º 5- Evolução dos gastos

Os gastos com o pessoal mantêm-se como a rubrica de maior expressão na estrutura de gastos da FADS, representado 63% dos gastos totais, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos com 24%. De seguida apresenta-se a estrutura de gastos em 2023.



1.11 Dificuldades Económicas e Financeiras

No ciclo de vida de uma empresa há determinadas circunstâncias que podem conduzir a dificuldades em honrar compromissos junto dos seus credores.

Com base na informação relatada constata-se que a FADS se encontra numa situação económica difícil ou em situação de insolvência. Conforme referimos nos relatórios e contas e planos de atividades anteriores o cumprimento das nossas obrigações presentes e futuras só seria possível com a renegociação do passivo bancário.

Após anos de luta intensa não conseguimos efetuar a renegociação do passivo bancário. Sentimos uma pressão elevadíssima das instituições financeiras que nos financiaram algumas operações, verificando-se, num dos casos, o avanço para a penhora de edifícios onde funcionam respostas sociais relacionadas com crianças.

O insucesso na renegociação do passivo bancário e o incumprimento do serviço da dívida, colocando a nossa continuidade em causa, levou-nos à dolorosa decisão de alienação dos ativos fixos tangíveis respeitantes à resposta social da Unidade de Cuidados Continuados Integrados em Estoi. Esta alienação foi oficializada em janeiro de 2024. Assim, a partir de fevereiro de 2024 deixamos de efetuar a gestão desta resposta social.

Esta decisão irá permitir à FADS liquidar o seu passivo bancário e obter um excedente de tesouraria que nos permitirá efetuar obras de melhoria das respostas sociais atuais, investir noutras respostas sociais e permitir um apoio à tesouraria corrente da Instituição.

1.12 Agradecimentos

Ao concluir este Relatório de Atividades, a Administração, quer ainda expressar o seu agradecimento:

- Aos trabalhadores é justo reconhecer o trabalho e esforço realizado, a dedicação assumida nas suas tarefas, pelo que, todos são merecedores de sinceros agradecimentos;
- Aos membros de todos Órgãos Sociais;
- À Administração Central, Regional e Local e, em particular ao Centro Distrital de Segurança Social de Faro e ARS Algarve;



- Ao Novo Banco, Montepio Geral, Caixa Geral de Depósitos e Crédito Agrícola enquanto instituições financeiras que apoiam o projeto da Fundação;
- Ao Revisor Oficial de Contas que analisa e certifica as contas;
- Aos restantes fornecedores de Produtos e Serviços.

Faro, 20 de março de 2024

A Administração

(Orlando Vargas)

(Luís Coelho)

(Nuno Carrilho)

(Fernando Marques)

(Paulo Bernardo)

(Luis Neves)

(Mário Cruz)



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Balanço em 31 de dezembro de 2023


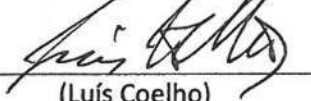


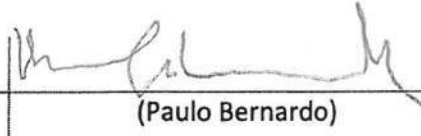
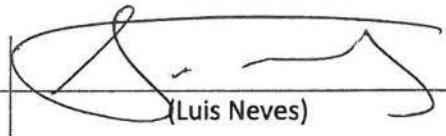
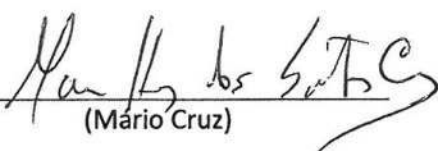
RUBRICAS	Datas	
	31-12-2023	31-12-2022
ACTIVO		
Activo não corrente		
Activos fixos tangíveis	5 768 750,04	5 920 651,00
Activos intangíveis	2 086,58	2 707,58
Investimentos financeiros	38 043,67	35 509,81
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		
Subtotal	5 808 880,29	5 958 868,39
Activo corrente		
Cientes	91 743,68	168 641,92
Estado e outros Entes Públicos	8 888,53	8 662,77
Outras contas a receber	207 134,98	257 273,25
Diferimentos	7 994,65	8 095,01
Caixa e depósitos bancários	171 797,11	99 590,62
Subtotal	487 558,95	542 263,57
Total do activo	6 296 439,24	6 501 131,96
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Fundos	239 423,00	239 423,00
Reservas	805 034,07	805 034,07
Resultados transitados	-199 726,82	-62 194,47
Outras variações nos fundos patrimoniais	974 939,81	1 000 458,97
Resultado Líquido do período	-119 969,14	-137 532,35
Total do fundo do capital	1 699 700,92	1 845 189,22
Passivo		
Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos	3 490 965,79	3 096 692,30
Outras contas a pagar	609,00	609,00
Subtotal	3 491 574,79	3 097 301,30
Passivo corrente		
Fornecedores	408 591,11	447 601,44
Adiantamentos de Utentes	20 632,92	13 125,83
Estado e outros Entes Públicos	133 618,46	128 840,15
Financiamentos obtidos	13 742,70	456 948,08
Diferimentos		38 101,76
Outras contas a pagar	528 578,34	474 024,18
Outros passivos financeiros		
Subtotal	1 105 163,53	1 558 641,44
Total do passivo	4 596 738,32	4 655 942,74
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	6 296 439,24	6 501 131,96



2.2 Demonstração dos Resultados – Exercício de 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2023	2022
Vendas e serviços prestados	818 502	882 978
Subsídios, doações e legados à exploração	2 418 509	2 231 541
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-259 099	-211 145
Fornecimentos e serviços externos	-839 668	-796 052
Gastos com o pessoal	-2 178 017	-2 056 101
Outros rendimentos e ganhos	104 739	75 287
Outros gastos e perdas	-10 819	-10 493
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	54 148	116 015
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-154 539	-156 484
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-100 391	-40 470
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	-19 578	-97 063
Resultados antes de impostos	-119 969	-137 532
Imposto sobre o rendimento do período		
Resultado líquido do período	-119 969	-137 532

A Administração

 (Orlando Vargas)	 (Luís Coelho)	 (Nuno Carrilho)
 (Fernando Marques)	 (Paulo Bernardo)	 (Luis Neves)
 (Mário Cruz)		

A Contabilista Certificada

(Ana Martins)

3. PROPOSTA

O Conselho de Administração submete à aprovação do Conselho de Administração a seguinte proposta:

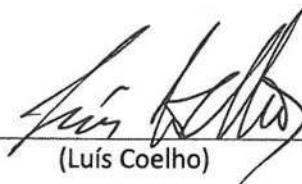
1. Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2023;
2. Que os resultados negativos obtidos no montante de 119.969,14 euros tenham a seguinte aplicação:
 - a) A importância negativa de 119.969,14 euros para Resultados Transitados.
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores da FADS e a todas as entidades que com ela se relacionaram no decurso de 2023, sem os quais a gestão relatada não podia ter sido possível.

Faro, 20 de março de 2024

A Administração



(Orlando Vargas)



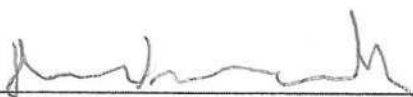
(Luís Coelho)



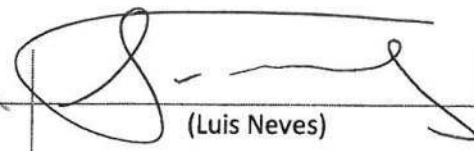
(Nuno Carrilho)



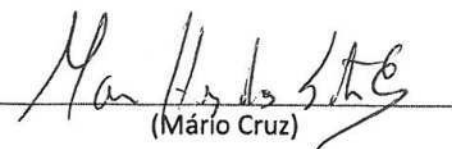
(Fernando Marques)



(Paulo Bernardo)



(Luis Neves)



(Mário Cruz)

5. RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS



4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores membros do conselho de administração:

1. Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, vimos apresentar ao Conselho de Administração o nosso Relatório sobre a ação fiscalizadora que exercemos na FUNDAÇÃO ALGARVIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, e o nosso Parecer sobre o Relatório da Administração, Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que nos foram entregues pelo Conselho de Administração para apreciação e parecer.
2. Durante o ano, acompanhámos com regularidade a atividade desenvolvida pela Fundação, tendo recebido do Conselho de Administração e da Comissão Executiva todos os elementos e esclarecimentos necessários ao exercício das nossas competências.
3. No desempenho da nossa ação fiscalizadora, procedemos à verificação dos registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte, tendo prontamente recebido dos serviços a colaboração necessária.
4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação das Contas emitida pela Sociedade de Revisores de Contas, com a qual manifestou a sua concordância.
5. O Balanço e Demonstração de Resultados, encontram-se elaborados em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, os quais complementados com as Notas explicativas traduzem com veracidade a situação financeira e patrimonial da Fundação.
6. Face ao exposto e tendo verificado que a Fundação foi administrada de acordo com a lei e os estatutos, somos de parecer:
 - a) Que aproveis o Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados pelo Conselho de Administração e referentes ao exercício de 2023.
 - b) Que aproveis o Relatório da Administração e a proposta de aplicação de resultados.

Faro, 20 de março de 2024

O Conselho Fiscal

(Manuel Alexandre)

(Vitor Cunha)

DV Daniel Vicente
Revisor Oficial de Contas
Inscrição na OROC N.º 1041 • Contribuinte N.º 161 619 185
Inscrição na CMVM N.º 20160655

PARECER

Considerando as análises e trabalhos efectuados, somos de parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório de gestão, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos, apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

Albufeira, 23 de março de 2024


Daniel Jorge Gonçalves Vicente, ROC n.º 1041
Inscrição CMVM 20160655



DV Daniel Vicente
Revisor Oficial de Contas
Inscrição no OROC N.º 1041 • Contribuinte N.º 161 619 185
Inscrição na CMVM N.º 20160655

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pela Administração da **Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

RELATÓRIO

No desempenho das funções que nos foram atribuídas, acompanhámos regularmente a atividade da Instituição, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços, os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efectuado, é nossa convicção que o Relatório de gestão, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos, são suficientemente esclarecedores da situação da Instituição e satisfazem as disposições legais em vigor.


DV Daniel Vicente
Revisor Oficial de Contas
Inscrição na OROC N.º 1041 - Contribuinte N.º 161 619 185
Inscrição na CMVM N.º 20160655



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2023, que evidencia um total de 6.296.439 euros e um total de Fundos Patrimoniais de 1.699.701 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 119.969 euros, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas, estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da Lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

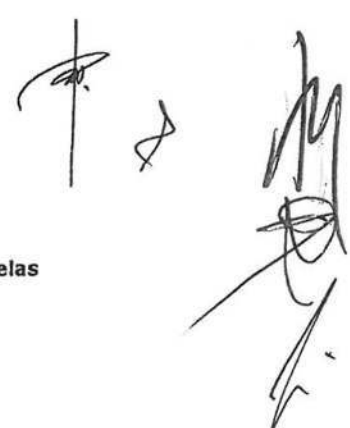

DV Daniel Vicente
Revisor Oficial de Contas
Inscrição no DROC N.º 1041 • Contribuinte N.º 161 619 185
Inscrição na CMM N.º 20160655



- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar à atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal pelo Sistema de Normalização Contabilística; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



DV Daniel Vicente
Revisor Oficial de Contas
Inscrito na OROC N.º 1041 • Contribuinte N.º 161 619 185
Inscrição na CAMVM N.º 20160655



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um elevado nível de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



DV Daniel Vicente
Revisor Oficial de Contas

Inscrição na OROC N.º 1011 • Contribuinte N.º 161 619 185
Inscrição na CMVM N.º 20160655

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividade com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Albufeira, 23 de março de 2024

Daniel Jorge Gonçalves Vicente ROC N.º 1041

Inscrição CMVM 20160655

